

A nova geopolítica e a Defesa Militar da Europa¹

*Delano Teixeira Menezes**

Introdução

O referendo sobre uma Constituição para a União Européia não deixou de ser uma tentativa de dar ao Velho Continente personalidade jurídica que possibilitasse recolocá-lo no cenário mundial, com outro peso específico. Essa nova identidade, diferente daquela que deu visibilidade à União Aduaneira e Comercial, manifesta o desejo de inserir a Europa no jogo de poder mundial, com uma capacidade de decisão política que a entidade econômica não teria a capacidade de lhe dar. Entretanto, a existência de um documento de tal magnitude implica tratar temas sensíveis a muitos países que ainda não foram suficientemente debatidos, tais como: defesa militar, soberania, identidade nacional e muitos outros adjacentes a estes.

A compreensão do reordenamento do Poder Mundial será tão mais nítida quanto se possa interpretar a interação dos valores, da política, da Geografia e da História da Europa, que são integrantes e inseparáveis de uma geopolítica global. No momento em que há a pretensão de se formar um Estado supranacional no continente europeu, torna-se indispensável uma reflexão sobre a multiplicidade de interesses dos Estados constituintes da União que se entrelaçam e se tornam portadores de ten-

sões. Os Estados europeus fundamentam e legitimam a aplicação do seu poder sobre o espaço geográfico que ocupam nas tradições, nas conquistas do passado, nas etnias que constituem seus habitantes e nas peculiaridades que caracterizam cada nação. Essas nações, movidas por interesses específicos, por séculos, deslocaram-se nas mais diversas direções, particularizando a geopolítica da cada uma. Como salienta Norbert Elias, porém, a “civilização” não é, nem o é a racionalização, um produto da “ratio” humana ou resultado calculado em longo prazo. A coisa acontece, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem”.²

E é exatamente essa ordem pela qual passou o processo civilizador europeu, ao longo de muitos séculos, e que ainda se está criando, que será solidificada ou impactada pela Constituição pretendida.

O conjunto da civilização européia esteve submetido a reorganizações periódicas de relacionamentos nacionais, concomitantes a mudanças internas de sistemas de governo e que resultaram em transformações significativas das respectivas estruturas de poder, com reflexos na região de influência de cada Estado. Enquanto vivia disputas internas de poder, o continente, como um todo, conseguiu influenciar

¹ Colaboração do autor.

^{*} O autor é Brigadeiro-do-Ar R1 com Pós-Graduação em Política, Estratégia e Geopolítica e membro da Sociedade Brasileira de Estudo de Defesas.

² ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v. 2, p. 193.

fortemente as demais regiões do Planeta. Em 1800, os europeus controlavam 35% das terras do globo; em 1878, cerca de 67%; e, em 1914, 84%.³ Essa projeção do poder da civilização européia, ao atuar em diversas áreas geográficas do globo terrestre, desenhou uma geopolítica global, que somente começou a ser desarticulada ao final da Segunda Guerra Mundial, com a saída de cena do Império Britânico.

A devastação do continente causada pela guerra teve efeitos deletérios mais duradouros nas estruturas sociais do que na economia.

O Plano Marshall (1947-52) e os diversos mecanismos de cooperação conseguiram recompor a maioria das economias continentais em bases modernas e eficientes, mas as gerações perdidas nesse processo e as conseqüentes desagregações sociais produziram efeitos que se fizeram sentir até bem pouco tempo.

A desarrumação da ordem existente privilegiou particularmente dois pólos de poder mundial, que passaram a utilizar o território europeu como arena para disputas ideológicas, numa espécie de campo sagrado onde se derramaria a última gota de sangue da civilização: os Estados Unidos, o único vencedor de fato do mundo ocidental na guerra, e a União Soviética. Criou-se até um muro físico, e não meramente político, para que os estilos de vida não se misturassem.

Dividiram-se famílias, amigos, costumes, com perturbações marcantes na malha social de numerosas comunidades.

A confrontação desses dois poderes resultou na permanência de grandes contingentes militares na Europa, influenciando as políticas públicas, os costumes, economias e as próprias relações sociais nos países onde essas tropas

estacionaram. Ainda hoje os Estados Unidos da América do Norte mantêm mais de 100 mil homens e mulheres fardados na Europa.⁴

Os sentimentos nacionais e os temores antigos, porém, não desapareceram e, ao fim da bipolaridade, afloraram com outras questões de ordem geopolíticas que estavam reprimidas. Todas essas questões entrarão na conta das relações de confiança mútua a serem praticadas pelas nações européias, antes que se chegue a um sistema de defesa coletiva real.

Outros itens também aguardam respostas específicas: como conceber um sistema de defesa militar sem considerar alianças extracontinentais de cada país-membro da União? Como identificar potenciais ameaças, que possibilitem estruturar um sistema de defesa comum e integrado? Estarão, os países do Leste Europeu, dispostos a aceitar alianças militares e sujeição política, no momento em que estão sendo atraídos pelas vantagens econômicas?

Essas incertezas, que afloram de uma nova realidade, constituem as tintas que estão sendo usadas para pintar o novo quadro da realidade européia e que deveriam ser resolvidas, mesmo que parcialmente, antes que uma Constituição seja adotada.

Assim sendo, torna-se necessário que a análise deste quadro seja precedida de uma reflexão histórica dos estudos teóricos da Geopolítica, que depois da Primeira Guerra Mundial estavam centralizados no *Institut für Geopolitik* de Munique, sob a direção do Professor Karl Haushofer.

Nessa época, os teóricos alemães retomaram as idéias imperialistas de Ratzel e de Mackinder, utilizando a metodologia do sueco Rudolf Kjellén, e formularam concepções so-

³ KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, p. 149.

⁴ The Military Balance -2003-2004.

bre a vida dos Estados. Os debates em torno das teorias continham um viés evolucionista muito em voga nos meios científicos da época.

Aquelas teorias passaram a ser consideradas, impropriamente, como os fundamentos da Geopolítica. Atribuíam, assim, uma racionalidade e uma consciência evolucionista aos Estados nacionais que contrastavam com a idéia do processo civilizador de Norbert Elias. De fato, alguns conceitos foram intencionalmente apropriados pelo Estado alemão e serviram tanto para estigmatizar o termo Geopolítica quanto para gravar no imaginário dos países europeus, vítimas das agressões germânicas, a idéia de uma renitente vocação expansionista da Alemanha.

A reflexão aqui proposta também nos levará a conhecer as várias concepções de poder mundial que se formularam, para que possamos compreender o grau de influência que aquelas teorias tiveram no novo “desenho” da Europa do pós-guerra.

Em seguida, *vis-à-vis* à reflexão geopolítica anterior, tentaremos interpretar o “jogo de poder” operado por três países que definem nitidamente as forças em ação na Europa: a Inglaterra, a França e a Alemanha.

O sistema atual de defesa militar da Europa Ocidental, em expansão para o leste, será visto como uma entidade anacrônica, cristalizada na pretendida Constituição, que representa a antinomia de uma vontade de independência política e uma dependência militar consubstanciada na manutenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte. A imigração, o fundamentalismo religioso, o crescimento populacional e as desigualdades regionais atribuem à defesa militar da Europa outras circunscições que fogem das concepções clássi-

cas da guerra. Tangem diversos setores das nações da União, colocando em risco a segurança sem uma especificidade militar, exigindo, assim, conceitos diferentes de defesa.

Ao analisarmos as implicações geopolíticas que incidem em uma Constituição para a União Européia, é imprescindível que se procure compreender também o comportamento da Geopolítica norte-americana, para que o jogo de poder mundial que se está desenrolando fique mais claro.

Reflexão geopolítica

O termo Geopolítica foi formulado pela primeira vez, em 1916, pelo sociólogo sueco Rudolf Kjellén em sua obra *O Estado como Forma de Vida*⁵. Kjellén define a Geopolítica como a “*ciência da vinculação geográfica aos acontecimentos políticos e tem por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planejamento das atividades do Estado*”, visando a resultados imediatos ou remotos. O cartesianismo que sugere ao tratar duas categorias distintas, uma a Geografia, com definições precisas e claras, e a outra a Política, afeita a relativizações, elabora um eito de determinismo que permite que a Geopolítica preste serviços às causas que podem levar à guerra. A racionalidade evolucionista que os teóricos creditavam à Geopolítica parece contrariar o fluxo mais ou menos caótico, atribuído por Elias ao processo civilizador, o que originou polêmicas acaloradas entre os intelectuais. O próprio Elias, entretanto, atribui uma certa estabilidade ao processo no longo prazo, quando diz que “...*nem por isso sem um tipo específico de ordem*”.

Como a Geopolítica pretende buscar coerência em longos processos históricos, é nes-

⁵ Em CASTRO, Therezinha. *Geopolítica – Princípios, Meios e Fins*, p.28.

sa “ordem” referida por Elias que ela busca a sua racionalidade, pois, quando a Geopolítica observa o passado, procura não tanto os conhecimentos que podem ser resgatados, mas a ação que eles governam e, assim, com medidas políticas, tenta traçar os caminhos do futuro. Nessa pretensão é que residem as questões controversas da Geopolítica, pois a tentativa de determinar o futuro mediante ações políticas contraria interesses de outros Estados, ensejando contenciosos que podem levar à guerra. O determinismo que lhe é atribuído reside no fato de considerar que todo país é refém da sua Geografia física, o que o obriga a ir buscar fora dos limites de suas fronteiras os recursos de que não dispõe. Quanto mais dependente ele se torna desses recursos, mais ele se esforçará para obtê-los.

Mesmo assim, a Geopolítica pode servir para traçar as metas de um governo com propósitos não imperialistas ou expansionistas, fundamentando suas diretrizes de desenvolvimento na integração, no aproveitamento sistemático do espaço geográfico e das vantagens comparativas da posição do Estado em relação aos outros.

Estas têm sido, de fato, as diretrizes de trabalho dos países da Europa na formação da UE, ainda que o termo Geopolítica não seja, freqüentemente, mencionado. A estigmatização dessa “ciência” começou exatamente quando ela foi apropriada pelo Estado alemão para atender aos seus objetivos expansionistas.

O auge dos estudos desse ramo da Geografia, desde quando se falou em Geopolítica como ciência, com um nítido propósito de seus primeiros formuladores (que eram quase todos geógrafos) de alçarem esse ramo do conhecimento (a interseção da Geografia com a História e a Política) a um *status* próprio, ocorreu no Instituto de Geopolítica de Munique entre as duas Grandes Guerras. De lá saiu a teoria do

espaço vital (“*lebensraum*”), considerada na época um dos conceitos geopolíticos básicos, extraída da obra *Geografia dos Estados, do Tráfego e da Guerra* de 1903, de Friedrich Ratzel, criador da Geografia Política. Esta teoria preconizava que o Estado, como um ser vivo, não poderia ter o espaço geográfico como limitador de seu crescimento. Mais tarde, ela viria a dominar o pensamento de Hitler, passando a dirigir os planos do Estado-Maior alemão para domínio do mundo. Talvez por isso a Geopolítica tenha assumido um conceito errôneo de determinismo, como já vimos, levando alguns especialistas a entenderem esse novo ramo da Geografia Política como algo nefasto à paz mundial.

A vinculação inextricável entre Geografia e Política, entretanto, conduziu a formulações de teorias estabelecendo que os espaços físicos da terra, do mar e do ar eram determinantes ao Poder Mundial. E, em se tratando desses três elementos, não seria difícil compreender que eles têm significados distintos para russos, norte-americanos, franceses, ingleses e portugueses, por exemplo. Sabemos que não existem nações cujas condições sejam idênticas: a Geografia Física influencia de maneiras diferentes o acesso a recursos naturais fora de cada território nacional, o relevo e o clima atuam de formas diversas sobre as condições de vida de seus habitantes e sobre os sistemas de defesa e condicionam histórias e culturas, influenciando nas razões da existência de nações com estágios de desenvolvimento humano defasados.

Em razão dessas diferenças, existirão tantas diretrizes geopolíticas quantos sistemas estatais subsistam em confronto. A compatibilização desses sistemas em único sistema europeu consubstanciado em uma Constituição não será algo fácil de ser assimilado por todos os países da União Européia. De fato, o conti-

nente europeu ocupa uma posição geográfica especial, como parte importante do Poder Mundial, Sir Halford J.⁶ *Para maior compreensão do tema, é importante conhecer o debate realizado entre diversos intelectuais da atualidade reunidos por Lawrence E. Harrison e Samuel Huntington no livro A Cultura Importa – Os Valores que definem o Progresso Humano – Rio de Janeiro: Record, 2002.*

Mackinder (1861-1946)⁷ já havia destacado, na década de 1930, que 75% das terras do globo terrestre constituíam a Europa, Ásia e África e que aí viviam 90% da população mundial. Deduziu, com certa propriedade, que, no conjunto dessas três massas continentais, a parte que ficava acima do Equador (que ele chamou de “Ilha Mundial”) poderia agir em todas as direções do globo terrestre e, por isso, conseguiu estender sua civilização para a periferia – América de um lado e Oceania do outro. Na “Ilha Mundial”, Mackinder destacou que a parte centro-oriental da Europa foi o ponto de partida das conquistas dos chamados bárbaros para oeste e a dos cossacos para leste. Nesse núcleo de expansão, Mackinder localizou o que chamou o “Coração da Terra” (*Heartland*), por ser uma área isolada dos oceanos, onde os próprios rios interiores contribuía para esse isolamento.

Esta região seria a que foi ocupada pela antiga União Soviética, tendo a Rússia como núcleo. O acesso pelo norte é bloqueado pelas geleiras do Ártico e, ao sul, por salinas e bacias fechadas. Essa singular característica geográfica constitui uma região protegida contra as ações do Poder Marítimo. Daí o Poder Militar da antiga União Soviética, hoje da Rússia, es-

tar sustentado por enorme força de submarinos que se move debaixo do gelo e por poderosas divisões de blindados que se deslocam com muita rapidez pelas estepes.

Essa vantagem, no entanto, tinha um aspecto negativo: o da exclusão da mobilidade marítima, o que retarda a sua expansão. Esse aspecto negativo é contrabalançado pela existência da área contígua ao “*Heartland*”, que Mackinder chamou de “Crescente Interno Marginal”, onde estão todos aqueles países que faziam parte da União Soviética, circundando a Rússia, e que constituem uma autêntica retaguarda geoestratégica para a defesa em profundidade do “*Heartland*”. Estes países eram considerados os *buffers* da Rússia dentro do antigo Pacto de Varsóvia.

Nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, Haushoffer (1869-1946)⁸ tinha essa percepção, pois ele via na Rússia bolchevista o aliado geopolítico natural, que serviria de ponte ou elo entre a Alemanha e os povos asiáticos, cujo inimigo comum eram o colonialismo e o poder marítimo britânico. Já o grande temor de Mackinder, do lado inglês, sempre foi o de que uma eventual aliança entre as duas potências continentais européias – a Alemanha e a Rússia – poderia representar perigo para o futuro do Império Britânico. Para ele, uma coalizão do Estado-pivô do “*Heartland*”, a Rússia, com a potência centro-européia, a Alemanha, implicaria alteração radical do poder em toda Eurásia.

Hoje, a Rússia está isolada militarmente pelo fato de os países que eram “amortecedores” da sua defesa no Pacto de Varsóvia terem se bandeado para a Organização do Tratado

⁶ Em DEFARGES, Philippe Moreau. *Introduction à la Geopolitique*, p. 46.

⁷ *Ibidem*, p. 87.

⁸ *Ibidem*, p. 88.

do Atlântico Norte. Os países desse setor adquiriram, entretanto, nova dinâmica num mundo mais devassado e globalizado, sob o ponto de vista geoestratégico. A contenda leste-oeste, entre União Soviética e Estados Unidos, era bem mais dinâmica do que a que o mundo viveu entre as duas Grandes Guerras e hoje está se desviando para um posicionamento norte-sul.

Conseqüentemente, a periferia passou a ser constituída pelas terras marginais da Antártica. Já o Ártico, no Hemisfério Norte, que era o hemisfério geopoliticamente decisório, teve importância destacada quando o Canadá propôs a partilha das ilhas árticas, alegando que elas constituíam importantes trampolins na defesa dos países defrontantes (no caso, Canadá e União Soviética). Em face desse precedente no sistema do Direito Internacional, é oportuno lembrar que o mesmo princípio dos setores defrontantes, ou defrontação, venha a ser posto em prática na partilha do continente austral.

De acordo com a Teoria dos Setores Polares de Mackinder, a importância da Antártica ficou patente na época da confrontação Estados Unidos/União Soviética, pois o Poder Terrestre comandado por Moscou tentou o envolvimento marítimo pelo sul, fazendo-se presente em Cuba e Cabo Verde, como pontos de apoio para um possível controle das rotas do Atlântico Norte; em Angola, Moçambique e a base antártica de Novoza-revskaya, numa tentativa de controlar a passagem do Oceano Atlântico para o Índico; e das bases de Bellingshausen, Arctowski e Druznaya no continente antártico para controlar o estreito de Drake, no sul da América do Sul. Essa tática se justificava, pois esse Poder encontrava-se bloqueado em pontos nevralgicos das ligações inter-oceânicas, autên-

ticas “portas marítimas” que, no tabuleiro de poder mundial, eram defendidas pelo grupo de nações que formava o bloco ocidental.

No período que se passou entre as duas Grandes Guerras, quando as teorias de Mackinder dominavam os debates intelectuais e influenciavam os estadistas na Europa, ocorria nos Estados Unidos um grande debate, no qual diversas correntes de pensamento se confrontaram sobre aspectos fundamentais da grande estratégia a ser adotada pelo governo norte-americano no campo da política internacional. Uma defendia a preservação da paz mediante um sistema de segurança coletiva, controlado por um condomínio de poder (Liga das Nações). Era chamada de idealista. A outra era a corrente realista, que se caracterizava por um intervencionismo apoiado numa política de poder norteada pelos critérios estritos da segurança e dos interesses nacionais norte-americanos.

Esse grande debate modelou o perfil intelectual de Nicholas Spykman (1893-1943),⁹ professor da Universidade de Yale, que expôs suas idéias em duas obras, definindo-se adepto incontestado do realismo em relações internacionais e do intervencionismo na política externa norte-americana. Ele usou o termo “*Rimland*” para substituir a noção de “*Inner Crescent*” ou o Crescente Interno Marginal de Mackinder. O conceito estratégico do “*Rimland*” assume, no pensamento de Spykman, uma centralidade equivalente à do “*Heartland*” na concepção geopolítica de Mackinder. Assim como o “*Heartland*” é a noção axial da teoria do poder terrestre, o “*Rimland*” é a idéia nuclear em torno da qual convergem e se articulam todos os demais componentes geopolíticos e estratégicos da teoria de Spykman.

O geógrafo norte-americano descrevia e analisava da seguinte maneira as grandes linhas dessa idéia estratégica: “*O Rimland da massa ter-*

⁹ BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard*, p. 31.

restre eurásiana deve ser visto como uma região intermediária entre o Heartland e os mares marginais. Ele funciona como uma vasta zona amortecedora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vista para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e no mar.

No passado, ele teve de lutar contra o poder terrestre do Heartland e contra o poder marítimo das ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão; é na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança.”

É perceptível que as idéias de Spykman saíram vencedoras no debate com os idealistas do final da Primeira Guerra, como vimos anteriormente. É possível notar a influência das suas idéias na doutrina norte-americana até hoje, pois o Iraque, assim como todo o Oriente Médio, está dentro do “*Rimland*”: começa no Mar Báltico, passa pela Europa Central, a Ucrânia e a Bielo-Rússia, os Bálcãs, Turquia, Ásia Central e o Paquistão, o Afeganistão, o Irã, o Iraque e a Palestina, enfim, toda essa área que hoje já é fortemente influenciada pelos Estados Unidos.

Do término da Segunda Guerra Mundial até o início da Guerra Fria, o mundo passou por um período de acomodação ao novo tipo de poder, necessária para substituir o declinante Império Britânico, e que terminou na bipolaridade definida pelo confronto leste-oeste. Cada lado foi liderado pelos dois mais poderosos países vitoriosos e ex-aliados na guerra contra o nazifascismo: os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Nesse período, surgiu um intelectual renomado e cientista político de projeção internacional, Zbigniew Brzezinski, que ocupou o cargo de Assessor do Presidente para assuntos de Segurança Nacional, no governo democra-

ta de Jimmy Carter (1977-81). Em 1981, com o fim do Governo Carter e a volta ao poder dos republicanos, ele retorna à cátedra como professor da Universidade de Colúmbia, associando-se ao Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, mas continuou como um “espectador engajado”. Nessa posição, ele produziu um livro publicado com o título de *The Grand Chessboard*, em que faz uma análise da realidade do leste asiático e das relações com a China e o Japão, revisitando o conflito norte-americano-soviético, abordado anteriormente em outro livro de sua autoria, *Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S. – Soviet Contest* (1983).

Faz um balanço global da confrontação leste-oeste, sugere linhas de ação para a política de segurança nacional norte-americana, esboça cenários e aponta os possíveis desdobramentos da rivalidade entre as duas superpotências. O seu enfoque não privilegia o antagonismo ideológico nem a competição econômica entre ambos. O foco principal da reflexão é a luta travada entre as superpotências pelo controle da Eurásia, como precondição para a conquista da supremacia mundial. “*Naquele contexto, o modo como a América manages a Eurásia é crítico. O poder que dominar a Eurásia controlaria duas das três regiões mais avançadas e economicamente produtivas do mundo. Um mero olhar no mapa também sugere que controlar a Eurásia pode automaticamente significar a subordinação da África, tornando o Hemisfério Ocidental e a Oceania geopoliticamente periféricos para o continente central do mundo. Aproximadamente 75 por cento das pessoas do mundo vivem na Eurásia, e a maioria da riqueza física do mundo está ali também, em seus empreendimentos e debaixo de sua terra. A Eurásia possui algo em torno de três quartos dos recursos de energia conhecidos do mundo*”.¹⁰

O colapso do bloco comunista veio confirmar, em grande parte, os prognósticos feitos

¹⁰ Ibidem, pág. 35.

por Brzezinski no livro *The Grand Chessboard*, que contribuíram para o inesperado e pacífico desfecho da confrontação estadunidense-soviética. Ele chega a assumir um tom profético e alarmista em alguns trechos, quando escreveu que *“nunca antes uma democracia popular alcançou a supremacia internacional. Mas a simples posse do poder não é um objetivo que comanda a paixão popular, exceto nas condições de uma súbita ameaça ou desafio ao senso popular de bem-estar doméstico. Os danos causados à economia (isto é, gastos com defesa) e o sacrifício humano (mesmo entre os soldados profissionais) requerem um esforço incompatível com os instintos democráticos. A democracia é avessa a uma mobilização imperial”*.¹¹

É importante salientar, no entanto, que em sua maioria as idéias contidas no livro de Brzezinski não são propriamente novas nem inteiramente originais. A visão geopolítica e estratégica de Brzezinski é, em grande parte, oriunda de duas matrizes preexistentes que foram desenvolvidas por Mackinder e Spykman.

Nesse contexto, o comportamento da geopolítica norte-americana atual deve ser observado para que se tenha melhor compreensão das implicações geopolíticas que incidem em uma Constituição para a União Européia e, assim, deixar mais claro o jogo de poder mundial que está em andamento.

Atualmente, a política externa dos Estados Unidos procura consolidar a hegemonia mundial alcançada e continua atuando no sentido de conquistar, ou manter, posições geoestratégicas que lhes permitam prolongar o máximo possível a permanência na elevação que alcançaram. A militar, pelo menos até agora, não encontra um oponente à altura, mas

a econômica deverá ser compartilhada com outros atores, que crescem sem utilizar o aparato bélico.

O conhecimento das linhas de pensamento de alguns teóricos e formuladores geopolíticos modernos e a passada de olhos nas teorias formuladas pelos alemães, ingleses e norte-americanos do pós-Primeira Guerra Mundial nos dão instrumentos para interpretar a realidade atual do jogo de poder no mundo. Algumas dessas teorias se concretizaram e estabeleceram rumos conhecidos nas relações internacionais, enquanto outras não passaram de teorias e se frustraram diante de realidades mais fortes. O imponderado e perturbador da Geopolítica são os prognósticos que os seus teóricos tentam fazer. Quando eles são guindados ao poder e procuram implementá-los, influenciando a Política para alcançar os desígnios traçados, torna a Geopolítica assustadora pelo sentido imperialista que imprimem à condução das políticas externas. Quando eles se mantêm, no entanto, à margem do poder e acertam nos prognósticos, possivelmente eles poderão não estar vivos para ver seus resultados, pois os estudos geopolíticos são tanto mais precisos quanto maiores forem os períodos de tempo e espaços geográficos estudados e envolvem enorme multidisciplinaridade de conhecimentos.

Outro aspecto que abala a racionalidade da Geopolítica é a imponderabilidade do comportamento humano e da ação social que atua no percurso entre o exercício de interpretação do passado e do presente e os objetivos determinados para o futuro. No ato de identificar a ação que governa o conhecimento que vem do passado, como já vimos, incide um espectro tão grande de variáveis de toda ordem

¹¹ Tratado semelhante ao da Otan que englobava os países do leste europeu que estavam na órbita da União Soviética e formavam o cinturão de defesa da Rússia. Foi fundado em 14 de maio de 1955 em resposta à entrada da Alemanha Ocidental na Otan.

que fragiliza os argumentos que a Geopolítica usa para sustentar a visão do futuro. Desta forma, a Geopolítica pode ser colocada mais como um instrumento acessório de reflexão do que a *dóxa* que governa a ação política dos Estados.

Desse modo, a maneira como os países mais influentes da Europa souberem usar esse instrumento de reflexão para equilibrar as forças políticas e econômicas e manejarem a hegemonia militar dos Estados Unidos determinará a forma da permanência da Europa no jogo de poder do mundo moderno.

A segurança continental na Constituição europeia

No final do século XX, parecia clara e iminente a cristalização do processo de integração europeia num estado transnacional iniciado na década de 1950. Os debates políticos e econômicos do continente andavam em rotas convergentes, tudo levava a crer que os países signatários do Tratado de Maastricht (1991) haviam afogado as velhas mágoas e disputas de poder nas águas da modernidade e que estavam tomando posições mais realistas quanto à necessidade de uma configuração política que fosse mais além da econômica, tarefa essa que pode se tornar indispensável com a entrada de novos atores de peso na cena mundial. A rapidez com que a nova moeda (euro) foi aceita (com exceção da Grã-Bretanha) permitiu aos líderes da Comunidade Europeia acalentarem um projeto político mais ambicioso.

O euro propiciou o controle efetivo do suprimento de moeda nas mãos dos bancos centrais europeus, com efeitos benéficos para o acompanhamento e a homogeneização da macroeconomia continental.

Isso reforçou a idéia de que seria possível ter uma moeda europeia sem um Estado euro-

peu e introduziu ações positivas em toda a economia do continente. Os benefícios sociais, ainda que modestos, foram também positivos, pois facilitaram a mobilidade da população e o acesso ao emprego. Portanto, desde que a maior parte da Europa aceitou o euro com relativa facilidade, pareceu aos políticos que isso deveria ser seguido por um documento estruturante – uma Constituição. Tudo leva a crer que as vantagens auferidas pelo euro à dinâmica da integração econômica provocaram a aceleração do processo político, e alguns aspectos importantes, como a questão das nacionalidades, além de outros de cunho social, não foram suficientemente considerados. Vê-se, também, que não foi adequadamente avaliado o fato de que o próprio euro ainda não havia sido bem assimilado por alguns países – particularmente os mais novos na associação – e pela própria Grã-Bretanha. Do momento em que a possibilidade de uma Constituição foi concretizada em 1992, quando a Comunidade Econômica tornou-se União Europeia, até ao referendo na França, em 2005, as condições econômicas positivas criadas pelo euro já não eram as mesmas. Em outras palavras, a idéia nasceu em tempos relativamente prósperos, e o referendo se realizou em tempos mais árduos, em especial para as populações urbanas, que começavam a sentir um certo descontrole com a perda de postos de trabalho, e as populações rurais com a iminência da perda de subsídios agrícolas que as sustentavam. Nesse quadro, o euro atuou como indutor e acelerador do processo liberalizante e de globalização da Economia no espaço europeu, revelando-se aí o grande dilema do sistema político: alguns caminhos, bem aceitos quando a Economia está saudável, tornam-se intoleráveis quando ela não vai bem.

Ironicamente, o texto da Constituição tem um viés nitidamente liberal. A palavra “ban-

co”, por exemplo, aparece 176 vezes, “concorência”, 174 vezes, e, “mercado”, 78 vezes, enquanto “programa social”, somente três vezes. A expressão “serviço público” aparece somente uma vez, para tratar das ajudas na coordenação dos transportes (Art. III – 238). O projeto prefere usar a expressão “serviços econômicos de interesse geral”, que podem ser públicos ou privados (Art. II – 96) e, coroando o exagero liberal, os Estados ficam com o encargo de evitar que o mercado seja afetado em caso de guerra! (Art. III – 131).

Não parece, todavia, que a questão central seja somente econômica.

Na França, o maior obstáculo para uma Constituição europeia é de natureza política e social – o brio nacionalista francês resiste em abrir mão da sua soberania. Esse sentimento sempre esteve presente em todos os momentos da História da França, mas, especialmente neste caso, ele foi ativado quando as ambições políticas da nova proposta interagiram com os tempos difíceis na Economia. Este é duplamente o caso, quando a população acredita que a solução dos seus próprios problemas está em suas mãos, e os votos de aprovação no referendo significariam não ter o controle das ações ou das políticas no novo sistema. O francês comum ainda tem bastante consciência de que o seu país cresceu e mudou sob a direção e o planejamento do Estado (*dirigisme, étalisme*) e demonstra dificuldade em aceitar os novos valores liberais de mercado.

A outra possibilidade do insucesso da nova Constituição na França é a sua incompreensível complexidade para um cidadão comum. São 224 páginas entrelaçadas de idas e vindas, numa teia burocrática extenuante que distancia os cidadãos europeus de uma autoridade que não está nítida. O projeto completo pode chegar a mais ou menos 500 páginas se contarmos todos os pro-

colos que são anexos e que só estão disponíveis no site www.constituitioneuropeenne.fr. A União Europeia seria governada por uma burocracia cujos caminhos não podem ser bem entendidos por todos os cidadãos. O sistema coletivo de defesa é outra questão que está enredada no texto, de tal forma que o cidadão comum também não entende. De um modo geral, os trechos relativos à defesa não são muito específicos e dizem que a capacidade operacional militar se apóia nos meios militares e civis dos países-membros, sem esclarecer que meios são esses. No Artigo I – 41, há o compromisso de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço à segurança internacional dentro de um quadro semelhante ao das Nações Unidas. Ele estabelece que as forças militares só seriam constituídas depois de deliberação unânime do Conselho europeu e seriam formadas pelos países que quisessem delas participar, mas não se refere a uma força multinacional permanente para prover, em tempo real, a defesa coletiva, nem a qualquer sistema de coordenação de informações e de operações militares comuns de defesa, embora defina que cada país seja responsável pela própria defesa, como, de resto, já o é. Estabelece, todavia, que os demais integrantes da União deverão dedicar todos os esforços para ajudar aquele que for agredido, sem afetar as características de sua própria defesa, mas não faz referência a uma possível agressão mútua entre países da própria União, fato que não parece impossível, considerando que se trata da união de países que viveram lutas violentas no passado recente. Sobrepõe os compromissos militares com a Otan, dos países que dele são signatários, aos da defesa coletiva da União e estabelece que os engajamentos militares de defesa serão feitos de forma semelhante àqueles estatuídos por esse Trata-

do. De fato, o documento prevê o estabelecimento de uma estrutura militar permanente de defesa (Art. III – 312), mas a vontade de participação dos Estados-membros nessa estrutura, passados três meses de sua manifestação, será julgada pelo Conselho Europeu, por intermédio do Ministro de Negócios Estrangeiros.

Dessa forma, não há a obrigação dos países da União de participarem da estrutura permanente de defesa. Os demais aspectos relativos à defesa, tratados na Constituição, dizem respeito a procedimentos burocráticos, normas de controle, deliberação, critérios para a determinação da maioria no Conselho Europeu, ao poder de veto dos Estados e à necessidade de unanimidade para o emprego de força militar fora do continente. Com relação a esse último aspecto, os procedimentos se assemelham muito aos das Nações Unidas.

É possível identificar certa indiferença das pessoas para com os problemas de defesa quando outras questões sociais são mais tensas.

Na Europa de hoje, a existência da Otan com o poderoso “guarda-chuva” militar dos Estados-Unidos, o fim da contenda leste-oeste e as relações pacíficas de clássicos adversários do Continente, França e Alemanha, é de se esperar que as questões de defesa sejam atenuadas.

No entanto, congelar, num documento que se diz estruturante da União, um *status quo* anacrônico é outra questão, ainda mais quando se observa que uma das locomotivas européias, a França, sempre manteve uma distante indiferença em relação à Otan. Mesmo sendo um dos países fundadores do Tratado, a França nunca foi membro do Comando Militar Integrado e condicionava o emprego de suas Forças Armadas na defesa continental às condições de segurança do território francês, nunca per-

mitindo que tropas estrangeiras ficassem estacionadas no país.

Esse Tratado de ajuda militar mútua nasceu em 4 de abril de 1949, quando França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Portugal, Islândia, Itália e Noruega, da Europa, e mais Canadá e Estados Unidos, da América do Norte, assinaram o protocolo de cooperação, em Washington. O consenso da Organização estava cristalizado no Artigo 5º do protocolo de criação: *“Um ataque contra um ou mais países-membros, na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque a todos eles.”* Mais tarde, outros países foram se integrando ao Tratado, tais como a Grécia (ingressou em 1952, saiu em 1974 e reingressou em 1979), a Espanha (1982), a Turquia (1952) e a Alemanha (1955). Mais recentemente, após a desarticulação da antiga União Soviética, os países do Leste europeu Lituânia, Estônia, República Tcheca, Romênia, Bulgária, Letônia, Eslováquia e Eslovênia, depois de um longo período de negociações, foram integrados como novos parceiros entre 2004 e 2005.

Ainda que esse sistema de defesa tenha trazido substanciais contribuições ao processo de recuperação econômica, pelo fato de criar um ambiente seguro para a Europa e para todo o mundo ocidental durante a Guerra Fria, hoje ele mantém dentro do continente o Canadá e os Estados Unidos, cujas presenças se justificavam pela geopolítica da Guerra Fria. Supondo que uma quantidade de países tenha resolvido se associar com a intenção de contrabalançar o poder norte-americano, não faz sentido uma submissão nas questões de defesa. Há uma clara indefinição de ameaça militar à Europa. A defecção do Pacto de Varsóvia¹² levou os estrategistas europeus a uma espécie de ata-

¹² Para entender melhor as razões históricas do temor desses países para com a Alemanha, ver *Os Alemães*, de Norbert Elias.

raxia em relação às concepções clássicas de defesa militar. Atualmente, tudo leva a crer que a agenda de defesa militar foi trocada por uma agenda política. Dessa forma, os objetivos geopolíticos norte-americanos se vêm mantendo desde 1947, quando começaram a costurar sua hegemonia militar, mantendo-se na Europa por meio da Otan, e em todo o continente americano, com a criação, no mesmo ano, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Tiar, cujos princípios são semelhantes, por considerar que a agressão externa a qualquer um dos países signatários é considerada uma agressão a todos eles.

A invasão do Iraque criou uma crise da qual a Otan ainda luta para se recuperar. O confronto das políticas anglo-americana e franco-germânica paralisou uma instituição que requer consenso nas suas decisões.

Aliás, essa crise desvendou um fato curioso, se não ambíguo, para a existência do Tratado, os países da Europa Central (Leste menos a Rússia) se alinharam com Washington, o que parece ter facilitado a aceitação como membros efetivos da organização militar.

Esses países, ao saírem da órbita de Moscou, ainda não se sentiam seguros ao lado da Alemanha. Entendiam que a sua segurança dependia da França, por ser tradicional contraposição da Alemanha, ou da Inglaterra que, juntamente com a Otan, seria capaz de fazer frente à Rússia. A crise do Iraque definiu esta preferência na atual balança de poder europeu.

Enquanto a Rússia, porém, não se recuperar econômica e militarmente e voltar a lutar pelos seus interesses nacionais, não haverá grandes ameaças à segurança da Europa Central. Os países dessa região parecem vol-

tados para a realização de dois objetivos cruciais, ou seja, fazer parte de um bloco extremamente próspero e de sucesso econômico e participar da criação de um Estado Europeu transnacional que possa conter permanentemente o nacionalismo expansionista alemão,¹³ ao mesmo tempo em que buscam um afastamento da Rússia. Nesse contexto, a Otan se insere no jogo de interesses geopolíticos porque conta com os Estados Unidos como um mediador de valor para o equilíbrio de poder na região.

Todavia, o papel norte-americano de superpotência militar, com poderes de intervenção unilateral ao redor do mundo, parece estar dependendo inevitavelmente de alianças confiáveis. A invasão do Iraque exigiu que os Estados Unidos dispusessem no Golfo Pérsico cerca de 75% de seus aviões táticos em serviço, 42% de seus carros-de-combate pesados modernos, 46% de seus porta-aviões, 37% dos efetivos do Exército e 46% dos fuzileiros navais. Tal grandeza de meios militares se fez necessário exatamente porque os seus aliados europeus de maior expressão mostraram um certo constrangimento político em apoiá-los com meios militares, numa empreitada que as Nações Unidas relutavam em dar aval. Portanto, a Otan ainda não entrou em colapso porque os aliados europeus são indispensáveis aos Estados Unidos no exercício de "polícia do mundo", mas se mostra ineficiente para exercer a função precípua de defesa continental.

E, de qualquer forma, essa é uma questão mal resolvida na Constituição e ainda não resolvida pelos estados-membros da União Européia. Por outro lado, o documento é mais restritivo do que a Otan, em matéria de intervenção armada fora do continente, e adota um

¹³ Para maiores informações sobre os problemas dessa geração, ver *A Revolução dos Idosos*, de Frank Schirrmacher.

modus operandi semelhante ao da ONU, relativo às forças militares multinacionais de *peace keeping e peace enforcement*.

Outras questões que afetam a segurança

A União Européia continua sendo o centro de gravidade da Europa, dominando um espaço econômico dos mais sofisticados e modernos do mundo. Essa condição perde substância, quando envolve assimilar na entidade política uma instituição militar que atende a propósitos do passado.

A estrutura da Otan foi toda construída em cima de um inimigo visível, real, com fronteiras definidas, tornando fácil dispor divisões militares, carros-de-combate e aviões num espaço geográfico específico. Hoje, o adversário não está definido, talvez seja preciso criá-lo, unificá-lo, atribuir-lhe uma coerência que naturalmente ele não tem. As ameaças à segurança européia são mais hostis, dispersas, instáveis e impenetráveis do que nunca. Os pontos de origem dessas novas ameaças são mais numerosos e dispersos em áreas geográficas remotas.

As sociedades européias se deparam atualmente com uma ameaça que vive na casa ao lado, com os mesmos direitos de cidadania, disputando as mesmas oportunidades e camuflada pela mesma complexidade de uma estrutura burocrática, que cada vez tem mais dificuldade de prover segurança aos cidadãos, sem restringir-lhes os direitos individuais. Outros acontecimentos no mundo parecem cindir ainda mais as diversas religiões e as culturas que convivem no espaço europeu, alimentando um crescente sentimento de repulsa a quem é de

fora, incentivando o surgimento de radicalismos raciais que pareciam já terem sido superados. As grandes ameaças à segurança do continente no passado foram as guerras européias, mas hoje a ameaça que está sendo percebida com maior nitidez é a imigração. Particularmente aquela proveniente de outros países fora da Comunidade Européia, que surge como tensão em dois âmbitos: no econômico, aumentando a competição por trabalho; e no social, exacerbando a diversidade cultural e religiosa. Na sociedade capitalista, a abundância de mão-de-obra disponível é uma condição desejável, uma vez que o estado de pleno emprego, ou de quase pleno emprego, como vinha acontecendo em muitos países europeus, encarece a mão-de-obra. As imprevisíveis pulsações da economia mundial, todavia, criam uma persistente taxa de desemprego, e a chegada de contingentes enormes de imigrantes inflaciona o mercado de trabalho e produz crise social.

Quando a imigração supria as faixas mais desqualificadas de trabalho, o problema não era muito visível, mas enquanto só a Índia coloca anualmente no mercado mundial de trabalho uma população enorme de profissionais de alta qualidade, isso mexe com a vida das pessoas, o nacionalismo xenófobo aflora com intensidade e os radicalismos raciais e religiosos assumem feições mais hostis e ameaçadoras.

É importante que se considere também que a geração de europeus na faixa dos 50 e 60 anos – os *boomers*, como são chamados¹⁴ – nascida no final da década de 1940 até 1960, que hoje poderiam estar no topo da escala social, foi uma geração perdida com relação às oportunidades de ascensão social e é altamente frustrada, pois, no auge de suas vidas economicamente ativas, a Europa estava passando por um

¹⁴ Ibidem.

longo período de austeridade econômica do pós-guerra, o que os manteve marginalmente no limitado mercado de trabalho. As pessoas que não conseguem um emprego satisfatório entre os 20 e os 40 anos têm suas vidas perdidas, e as frustrações deslocam-nas na estrutura social, tornando-as descrentes da capacidade do Estado em ampará-las.

O *timing* da vida humana não se concatena com o *timing* das teorias econômicas. Esta situação criou competição entre duas gerações, em que a posterior assume posições relevantes no mercado de trabalho, empurrando a anterior para uma aposentadoria precoce, com sérias consequências na seguridade social. A introdução do imigrante no meio dessa disputa passou a ser identificada como a catálise do problema, e, impulsionado por um refluído sentimento de nacionalismo, o ingresso de imigrantes é visto como um fato perturbador no mercado de trabalho.

O nacionalismo é uma expressão de identidade e, com ela, de dignidade e de amor-próprio que já estavam abalados, e quando o espaço de cada um fica menor no próprio país, também o “eu” de cada um fica menor. Agregue-se a isso os resquícios colonialistas que ainda parecem estampados na cultura dos países nucleares da Europa. A França fica muito feliz em ir à Argélia e gritar “França”, mas o seu povo fica muito menos feliz quando um argelino chega em Paris e grita “Argélia”. O fato é que a população da França e de outros países da Europa está mudando com a diversidade racial e cultural, com resultados inevitáveis para muitos franceses (digo França apenas como referência!) que não querem que seu país mude.¹⁵ A Europa, ex-metrópole, não se sente muito à

vontade com a diversidade étnica. “A mãe-pátria não contemplou uma fusão do velho com o novo, embora isso pudesse acontecer e de fato acontecesse, como nas colônias espanholas e portuguesas do Novo e do Velho Mundo”.¹⁶ Para o europeu médio, fica a sensação de que ele está perdendo o controle do país para os imigrantes.

Complicando mais esse quadro, a Constituição institucionaliza essa perda de controle quando assegura o direito, ao imigrante em um determinado país, de circular pelos demais membros da União. Isso pode fazer sentido para os economistas que vêem o mercado como o grande trunfo para o sucesso da economia, mas soa aos franceses como uma perda de controle, uma diluição da soberania. E o medo maior vem da possibilidade do ingresso da Turquia na União, o que produziria uma avalanche de imigrantes muçulmanos, agregando ao componente econômico e social os complicados componentes religiosos e culturais.

Nesse quadro surge a questão da soberania que alguns países, e entre eles a França, resistem em abrir mão, dificultando a aprovação da Carta, não só em questões de defesa, mas, principalmente, nas políticas sociais. É nessas políticas que o novo sistema constitucional proposto toca num sentimento caro e que foi construído com muita luta e sangue pela maioria dos países do continente – o sentimento de nacionalidade.

Este está incrustado nas menores comunidades de todo o espaço da Comunidade, as quais fortaleceram os seus laços de solidariedade no meio de lutas sociais importantes, de onde surgiram os benefícios que hoje desfrutam e que se vêem ameaçados por uma entida-

¹⁵ Para saber mais sobre as transformações culturais na Europa, ver Samuel P. Huntington, *O Choque de Civilizações*.

¹⁶ LANDES, David S. *Riqueza e a Pobreza das Nações*, p. 477.

de que seria dirigida por uma autoridade burocrática difusa, com pouca possibilidade de imputação de responsabilidades.

O povo francês, certamente, se tem perguntado se o seu governo deseja transferir maiores elementos de soberania para um Estado sobre o qual a França não tem controle. O francês não vê sua identidade como sendo comum ao resto da Europa, e, certamente, o resto da Europa não tem identidade comum com a França. Ainda que seja um assunto bastante subjetivo para a população em geral, esse pode ter sido um dos motivos pelo qual a Constituição não passou no referendo francês.

Conclusão

A União Européia foi fundada em princípios de conveniência econômica. Tenta, agora, incorporar componentes políticos e sociais, o que se está revelando inconveniente para alguns países, pois toca em temas caros aos sentimentos de nacionalidade e de soberania.

Talvez a aceleração do processo de integração política tenha criado frustrações que levaram à não aprovação da Carta Maior. A integração econômica que implicava mais questões técnicas e burocráticas do que propriamente políticas. Não afetava diretamente questões sensíveis ao povo, pelo contrário, introduzia práticas seculares nas trocas comerciais e, mesmo assim, levou 50 anos para se consolidar.

Não é de se esperar que uma Constituição apressada, aparentemente dissociada do processo de integração anterior, que peca mais por omissão do que por inclusão, seja aprovada em tão pouco tempo.

Muitas coisas que estão cristalizadas na Carta ainda não haviam conquistado totalmente a confiança da população, até porque as adesões, a cada resolução adotada, eram gra-

dativas, como foi o caso da circulação de imigrantes entre os países, cujas conseqüências ainda não estão totalmente avaliadas, e a questão da segurança coletiva incorporando o anacrônico Tratado do Atlântico Norte (Otan) ao sistema de defesa.

Também há de se considerar que uma Constituição aprovada neste momento poderia complicar as pretensões dos países da Europa Central em ingressar na UE, em virtude do desalinhamento de suas economias em relação às dos demais países, e eles são peças de um novo jogo geopolítico, ainda sem definição.

Por enquanto, os países dessa região não estão convencidos de que a Rússia, como poder regional dominante, tenha realmente sossegado em suas pretensões geopolíticas frustradas com o ocaso do império soviético. De fato, não se espera um súbito ressurgimento do domínio russo no curto prazo, mas ninguém está suficientemente convencido de que, a qualquer momento, uma mudança política em Moscou não possa criar realidades geopolíticas diferentes. Aliás, isso parece ser também o temor dos Estados Unidos, expresso em declarações de várias autoridades norte-americanas, e pode ser o motivo da sua posição quanto à manutenção da Otan.

Ao mesmo tempo, a população da Europa Central, por questões enraizadas desde muito tempo na história das suas relações internacionais, não tem razões para confiar na Alemanha, que surge, reunificada após a queda do Muro de Berlim, como um poder dominante na Europa.

Numa visão mais abrangente, a Geoestratégia vencedora até o momento é a dos Estados Unidos da América do Norte. Eles continuam mantendo presença no continente, sob a alegação de que a Rússia ainda não completou seu processo de acomodação, e reivindicam para si

a tarefa de proteger os países que saíram da órbita de Moscou, que uma Europa sem unidade política não pode cumprir.

A indiferença da França quanto aos fatos subseqüentes à invasão do Iraque, certamente em decorrência dos seus problemas internos, e os acontecimentos na Alemanha, onde a frustração da socialdemocracia produziu mudanças políticas internas significativas, repentinamente podem ter mudado a avaliação de que a Europa era um problema crítico para os Estados Unidos, resumindo-se na idéia de que apenas a França e a Alemanha é que são críticas.

Os Estados Unidos não devem desejar uma Europa com políticas de defesa e de relações exteriores integradas. Com esse poder, a Europa se tornaria perturbadora da proeminência global dos Estados Unidos. Geopoliticamente, é difícil vislumbrar dois poderes continentais, com interesses semelhantes, capazes de se manterem em equilíbrio por muito

tempo. Enquanto a Europa estiver voltada para os seus problemas de unificação política e, por causa disso, permanecer fragmentada, poderá ser manipulada pelos Estados Unidos para atender aos interesses norte-americanos.

A Europa unitária e operando como uma entidade transnacional poderá demorar ainda a existir, ainda que esse conceito seja crível. A França e a Alemanha somente poderão conter os Estados Unidos se forem de fato as líderes de uma Europa una. Isoladamente, cada uma dessas nações não passa de um poder secundário no cenário internacional. Talvez por isso os políticos alemães e franceses tenham tentado acelerar o processo de unificação política.

A entrada da China em cena, como um contrapeso respeitável aos Estados Unidos, também angustia os políticos europeus. O processo de reequilíbrio de poder mundial está ainda em gestação e o espaço que é desejado pela Europa no panorama global ainda está sendo definido. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



BRASIL-FRANÇA, relações históricas no período colonial

Vasco Mariz (organizador)

As relações entre luso-brasileiros e franceses no período colonial comentadas por 12 autores numa só obra.

O leitor conhecerá a influência da cultura francesa nas diferentes regiões da colônia portuguesa na América do Sul.